

*Texto escrito para o jornal Unidade, em agosto de 2008. Edição especial em comemoração aos 200 anos da Imprensa no Brasil. O site Memória da Imprensa dividiu o texto em três partes, a última segue abaixo.*

## **Resgate histórico do jornalismo brasileiro: da censura na ditadura militar até o início da Nova República**

*Dirceu Fernandes Lopes\**

A censura na ditadura militar – Quatorze anos depois da morte de Getúlio Vargas, durante os piores momentos dos chamados anos de chumbo, a censura voltou arrasadora, desta vez reforçada por prisões, torturas e até mortes.

Logo após o golpe de 1964, a censura política começou a pressionar a Tribuna da Imprensa, um dos poucos meios de comunicação que se colocaram contra o poder. Praticamente, um caso esporádico. No entanto, foi após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, que a censura se estabilizou.

Uma sigla que passaria para a história, o AI-5 colocava o Congresso em recesso, permitia que o governo cassasse políticos, fizesse intervenções em Estados, censurasse e até aposentasse funcionários públicos. Após sua implantação, foram presos alguns jornalistas, entre eles Joel Silveira, Osvaldo Peralva, Francisco Pinto (*Correio da Manhã*) e Hélio Fernandes (*Tribuna da Imprensa*).

O AI-5 legalizou a censura, vetando todas as formas de expressar ideias e manifestações. Imprensa, música, teatro e cinema foram as principais vítimas. De 1968 a 1978, foram 10 anos marcados por censura, tortura, prisões, repressão e mortes. O arbítrio atingia seu ponto máximo.

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O País está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38 graus em Brasília. Mínima de 3 graus nas Laranjeiras”.

Assim a primeira página do *Jornal do Brasil*, de dezembro de 1968, fazia referência ao “clima” do País após a promulgação do AI-5. A censura começou com toda a força, através de bilhetinhos e telefonemas para as redações de jornais, rádios e televisões,

---

\* Dirceu Fernandes Lopes possui graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Santos (1966), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1986). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Atua principalmente nos seguintes temas: jornalismo, jornal laboratório, ensino, aprendizagem e técnica laboratorial.

alertando sobre os assuntos que não podiam ser abordados. Começava a censura prévia com censores nas redações.

Nos primeiros anos, a censura visava mais à divulgação de atos terroristas. Depois passou a esconder corrupção, torturas, violências policiais e até epidemias. Seu objetivo era ver publicada, com destaque, a versão oficial dos fatos. Os proprietários dos meios de comunicação adotaram duas posturas: curvar-se diante das ameaças do governo ou resistir ao arbítrio. Esta segunda postura teve poucos adeptos, a maioria pertencente à Imprensa Alternativa, desvinculada do poder e do capital. Entre os demais meios de comunicação estavam *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde* e a revista *Veja*.

*O Estado de S. Paulo* ensinava a cultivar rosas; na primeira página publicava trechos de Cícero, em latim, e dos *Lusíadas*, de Camões, no espaço das matérias que haviam sido censuradas. O *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias, no lugar das matérias proibidas, que nunca davam certo, por serem exageradas, visando alertar o leitor que alguma coisa estava errada. Muitas leitoras, inconformadas porque as receitas não davam certo na prática, telefonavam para o jornal, reclamando. Já a revista *Veja* publicava paisagens suíças e seu editor, Mino Carta, falava semanalmente dos demônios que barbarizavam um estranho país.

Esses três órgãos se recusavam a acatar ordens telefônicas proibindo a publicação de certos assuntos e tiveram a censura prévia implantada nas redações. Entre 1972 e 1975, a censura federal enviou mais de 300 comunicados aos grandes jornais do país, proibindo notícias e comentários, principalmente sobre sucessão de presidentes, manifestações estudantis, abertura política, choques entre policiais e subversivos, denúncias da Igreja contra atentados aos direitos humanos, críticas à política econômico-financeira do governo e entrevistas de ex-ministros.

Em setembro de 1972, a Polícia Federal enviava ordem a todos os jornais do país proibindo a publicação do decreto de D. Pedro I, de 28 de agosto de 1821, abolindo a censura no Brasil. Este era o decreto:

Tomando Sua Alteza Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontram os autores e editores inesperados estorvos a publicação dos escritos que pretenderem imprimir, e o mesmo Senhor mandar que não se embarace por pretexto nenhum, a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes tem determinado sobre este objeto.

O presidente Médici concedeu só uma entrevista em seu governo, mesmo assim para jornalistas selecionados previamente e com perguntas aprovadas com antecedência. O presidente lia as respostas preparadas.

Havia dificuldade de acesso às fontes de informação. É nessa época que proliferam as declarações em *off* (quando o entrevistado não quer que seu nome seja publicado) e as assessorias de imprensa. Jornalistas que tentassem questionar as informações oficiais perdiam suas credenciais. Os jornais da resistência faziam de tudo para escapar da censura.

Logo depois de decretado o AI-5, o *Jornal da Tarde* tinha dois investigadores na porta de saída do prédio, para impedir que os jornais fossem para as bancas. No entanto, o jornal saiu por outras portas, na Rua Martins Fontes. A polícia descobriu e passou a tarde toda à caça dos exemplares nas bancas.

Em 1975, quando o Estadão completou 100 anos, a censura desapareceu do jornal. O periódico mais censurado do país foi a *Tribuna da Imprensa*. Foram 10 anos de censura, sem interrupção. Sofreu dezenas de apreensões, e seu proprietário, Hélio Fernandes, foi preso, processado e cassado.

### **Uma imprensa de resistência**

Entre outras reações dos meios de comunicação, o AI-5 provocou o surgimento da Imprensa Alternativa ou nanica, que era considerada uma opção à grande imprensa. Com objetivos claros que iam de protestos à resistência, veiculava assuntos não abordados pela imprensa empresarial.

Suas principais características eram: jornal de jornalistas, geralmente em sistema de cooperativas; compromisso com o leitor; ausência de publicidade, na maioria dos casos, dependendo apenas de venda avulsa e assinaturas; opinativa, formato tabloide; periodicidade: de semanal a mensal. Além disso, contestava o discurso do poder, valorizava recursos visuais como fotos e charges e era efêmera porque, geralmente, saíam poucos números por falta de anúncios.

O *Pasquim*, criado em junho de 1969, foi o primeiro tabloide dessa geração. Começou com 30 mil exemplares e, um ano depois, sua tiragem era de 200 mil. Atingido pela censura prévia, teve várias edições inteiras apreendidas, com prisão de seus editores e processo judicial. Tinha uma linguagem descontraída e irreverente. O jornal se definiu do seguinte modo em seu primeiro editorial:

Isto aqui é um semanário de assuntos gerais. Trata de política internacional, de filosofia, de crítica de artes, costumes e maneiras; tem correspondentes fixos no exterior; faz experimentos com linguagem e humor, expressa uma boa parte da alienação em que quase todos nós vivemos em nosso país.

Em 1978, existiam em São Paulo mais de 30 publicações alternativas com tiragem global de 300 mil exemplares.

Em outubro de 1972, surgia o jornal *Opinião*, semanal, com 24 páginas. Foi atingido pela censura prévia desde o oitavo número, em 1972, sendo obrigado a suspender a circulação em abril de 1977.

Para fazer o jornal circular, os jornalistas redigiam 100 matérias por semana, o dobro do necessário, para que a edição não saísse prejudicada pelos cortes. Mesmo assim, em algumas semanas, *Opinião* saiu praticamente com notícias internacionais. De 1972 a 1977 teve várias edições apreendidas, atentados a bomba na redação e enfrentou muitos processos judiciais.

Uma divergência entre o pessoal do Partido Comunista (PC) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) provocou um racha no jornal. Raimundo Pereira saiu e criou o *Movimento*, em julho de 1975. Proposta principal: ser o jornal dos jornalistas. Semanal, com 24 páginas, começou com a participação de mais de 100 jornalistas. Era redigido por um concelho eleito pela redação. Muitas vezes censurado, com edições inteiras apreendidas. Em dois anos, teve 2.250 matérias vetadas, 2.700 ilustrações proibidas e 3 milhões de palavras que não puderam chegar à opinião pública. Aceitava publicidade, mas não em troca do silêncio. A última edição do jornal saiu em novembro de 1981.

Em 1974, surgia em Porto Alegre a primeira cooperativa oficial de jornalistas e, com ela, o *Coojornal*, mensal, com 30 mil exemplares. Entre suas matérias mais importantes estavam os relatórios do Exército sobre a guerrilha do Araguaia, publicados em fevereiro de 1980.

Surgiram outros jornais, como *Em Tempo*, pertencente à esquerda, uma união de diversas ideologias, e que tinha como objetivo defender o marxismo revolucionário. No primeiro semestre de 1977, aparecia *A Carta*, um jornal de direita, com muita publicidade, principalmente de estatais como VASP, Banespa, etc. durante um debate realizado na USP, em 1977, seu editor, Cláudio Marques – muito conhecido nos meios jornalísticos como de direita radical – afirmou que o jornal nunca havia sido censurado. Todos os editores garantiam que o jornal era informativo e imparcial.

Um relatório da Polícia Federal, de 1981, dizia que *A Carta* era um dos poucos periódicos da imprensa nacional sem coloração ou tendências, que se propunha a ser informativo na verdadeira acepção da palavra.

Em 1979, nascia o *Microjornal*, com tiragem de 100 mil exemplares. Tudo era micro, desde o editorial até o expediente. Formato: 22 cm de altura por 15 cm de largura. Primeira manchete: “Este não é um país sério”. Era distribuído gratuitamente em diretórios acadêmicos, redações de jornais, livrarias, editoras, agências de publicidade, hotéis, teatros e restaurantes. Veiculava pequenos anúncios.

No ano de 1981, a Polícia Federal encaminhava um relatório à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso sobre terrorismo, a respeito da orientação e vinculação política dos colaboradores da imprensa alternativa. O dossiê atribuía atividades subversivas aos colaboradores desses jornais.

Acusava a imprensa alternativa de promover a derrubada do regime, apoiar movimentos grevistas, pregar a dissensão nas Forças Armadas, enaltecer a luta de classes, pregar a descrença na política econômico-financeira do governo, acusar o governo e os órgãos de segurança de estarem envolvidos em atos terroristas, denegrir a imagem da Revolução de 1964, pregar a luta armada, etc.

A Cooperativa dos Jornalistas de Santos, que veiculava o jornal *Preto no Branco*, recebeu um comunicado do grupo que se intitulava Comando de Caça aos Comunistas de Santos, com ameaças de tomar atitudes drásticas, caso o jornal continuasse sendo vendido em Santos e nos municípios da Baixada Santista.

A imprensa alternativa foi sufocada pela censura, por processos, pressões sobre os anunciantes, prisões e pelas bombas contra bancas que vendiam seus exemplares. Outro fator que contribuiu para o seu fim foi a abertura política do presidente Geisel, em 1978, com o conseqüente fim da censura nos meios de comunicação, que passaram a abordar temas que eram veiculados apenas pelos alternativos.

### **Nova República chega com fim da censura**

A censura formal, governamental, terminou com a Nova República, criando expectativa de informação no país. Três fatos marcaram a imprensa durante esse período: a campanha das Diretas, a morte de Tancredo Neves e o Plano Cruzado.

No início, a campanha das Diretas Já foi boicotada pelos meios de comunicação, principalmente pela Rede Globo, que preferia omitir as manifestações ou divulgá-las superficialmente. Porém, as pressões do povo contra a emissora começaram a crescer, obrigando-a a tratar o tema com o destaque merecido.

Percebendo o filão que poderiam ser as Diretas, o jornal *Folha de S. Paulo*, numa grande jogada de marketing, assumiu a campanha, obrigando os outros meios de comunicação a destacar o assunto.

A afinidade dos meios de comunicação com a campanha provocou a volta da censura prévia. Eram os militantes temerosos de perder o controle da situação. Mas os meios de comunicação não tomaram conhecimento e enfrentaram as medidas censórias. A derrota da emenda Dante de Oliveira pelas Diretas Já acomodou a imprensa, que passou a propor negociação e conciliação. Só a *Folha* manteve a sua postura editorial com a manchete no dia seguinte à derrota da emenda: "Cai a emenda, não caímos nós". O *Jornal*

da *Tarde*, protestando contra a derrota das Diretas, saiu com a primeira página em preto, simbolizando luto.

O *Jornal da Tarde* dizia em manchete de primeira página: “O País está decepcionado. Mas há um caminho: a negociação”. E *O Estado de S. Paulo* ressaltava em seu editorial: “Entendimento alto ou caos”. As indiretas foram acolhidas pelos meios de comunicação que canalizavam as atenções à candidatura de Tancredo Neves à presidência.

O segundo ponto importante da Nova República para a imprensa foram os 37 dias de agonia do presidente Tancredo Neves. Havia uma preocupação dos jornalistas em busca de informações nas investigações dos fatos que precederam a morte de Tancredo.

Durante o Plano Cruzado, a imprensa deu apoio incondicional à medida, esquecendo de sua função crítica. Envolvidos pela euforia do povo, os meios de comunicação deram apoio total ao pacote econômico do Governo, mesmo antes de expô-lo a uma análise mais minuciosa. O *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* passavam a imprimir em suas páginas de economia uma tarja preta com a frase “Guerra à inflação”.

O *Globo*, do Rio de Janeiro, lançava o famoso *slogan*: “Tem que dar certo”.

A imprensa não deixava fluir as opiniões de especialistas contrários ao Plano Cruzado. Quem era contra tinha espaço pequeno nos jornais. Contudo, apesar dessas posições, houve um aspecto que foi considerado um ponto positivo para a imprensa: as matérias de serviço explicando como era o Plano, como fazer conversões, apresentações de tabelas, etc. Isso aumentou a vendagem dos jornais que passaram a ampliar suas tiragens. Ao contrário da ditadura militar, o governo da Nova República, presidido por José Sarney, que substituiu Tancredo, possibilitou um maior acesso da imprensa às fontes de informação.

### **Referências bibliográficas**

BAHIA, Juarez. *Jornal: História e Técnica*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Presença, 1984.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade: 1966-1968. Tempos de reportagem na imprensa brasileira*. São Paulo: ULBRA; AGE, 1999.

JORGE, Sebastião. *A linguagem dos pasquins*. S. l.: Litograf, 2000.

MACEDO, Riopardense de. *Hipólito da Costa e o universo da liberdade*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARKUN, Paulo (Org.). *Vlado: Retrato da morte de um homem e de uma época*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELO, José Marques de. *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Alex. *Caso Escola Base: Os abusos da imprensa*. São Paulo: Ática, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.